
Estudos de casos de defesa e promoção de direitos

Brasil: armazenamento de água

Tema: Água, saneamento e higiene

Abordagem de defesa e promoção de direitos:

**Mobilização da comunidade
Trabalho em alianças e coligações
Funcionários governamentais: reuniões com
Mobilização de pessoas e campanhas**

No nordeste do Brasil, a Diaconia, parceira da Tearfund, trabalhava com grupos de mulheres em comunidades rurais próximas do município de Caraúbas. Seu trabalho tinha como foco a conscientização das mulheres sobre seus direitos e seu empoderamento para participar no Fórum Municipal de Políticas Públicas. Com apoio de sindicatos e associações comunitárias rurais, essas mulheres procuravam defender os interesses de agricultores familiares em sua região.

A região de Caraúbas está no semiárido, onde as chuvas são irregulares. Por isso, é comum a prática de armazenar alimentos, água e forragem. É uma prática importante na estação seca, quando as comunidades dependem da água coletada durante a estação das chuvas para sua sobrevivência. No entanto, nem sempre é confiável e às vezes falta água.

No Brasil há uma lei que obriga o governo a garantir acesso universal a água. Infelizmente, o Governo Federal tem, tradicionalmente, cumprido essa lei determinando a compra de cisternas de PVC pelo Ministério da Integração Nacional e sua distribuição no semiárido pela Fundação Nacional de Saúde.

A Diaconia se preocupava com essa prática por desvalorizar os conhecimentos locais sobre boas práticas de armazenamento de água. Também desempoderava as pessoas e feria sua dignidade. Diante disso, formaram uma coalizão com outras organizações para lançar uma campanha com um slogan simples: “Diga não às cisternas de PVC!”. Muitas pessoas foram mobilizadas, incluindo grupos de mulheres, agricultores familiares e igrejas locais. Foram realizadas audiências públicas onde manifestaram sua insatisfação com as cisternas de PVC e pediram ao governo autorização para construir cisternas utilizando seus próprios conhecimentos locais.

Não foi fácil e levou tempo. Mas o Governo Federal no fim concordou em mudar sua prática. A Diaconia aprendeu a ser persistente e paciente. Outra lição foi a importância de incentivar a participação de todos os grupos afetados. Também aprenderam que é sensato sugerir alternativas construtivas ao Governo Federal, e não apenas criticar a forma como a lei vem sendo aplicada.